

A avaliação da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis: implicações da avaliação conduzida em 2015 com o uso da escala ITERS-R

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as ações propostas e executadas pelos Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs) de Florianópolis após a devolutiva dos resultados da avaliação externa realizada em 2015 com o uso do instrumento Infant Toddler Environment Rating Scale Revise Edition (ITERS-R), bem como diagnosticar a situação atual dos Núcleos de Educação Infantil quanto à qualidade do atendimento. Para isso, desenvolveu-se, com base na literatura e nos documentos oficiais, um instrumento de pesquisa em forma de questionário composto por 27 indicadores; o questionário foi validado por especialistas da área e aplicado nos NEIMs de Florianópolis que passaram pela avaliação em 2015, sendo respondido voluntariamente pelas diretoras das unidades. Os resultados mostraram que, após a devolutiva da avaliação de 2015, os núcleos propuseram e executaram uma série de melhorias com vistas a qualificar o atendimento.

Palavras-chave: avaliação externa; ITERS-R; Educação Infantil; melhoria da qualidade.

Tagma Angélica Nilson Becker
Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC – Florianópolis/SC –
Brasil
tagma.becker@prof.pmf.sc.gov.br

Andreia Zanella
Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC – Florianópolis/SC –
Brasil
andreia.zanella@ufsc.br

Para citar este artigo:

BECKER, Tagma Angélica Nilson; ZANELLA, Andreia. A avaliação da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis: implicações da avaliação conduzida em 2015 com o uso da escala ITERS-R. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 281-314, jan./abr. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823512022281

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823512022281>

The evaluation of Early Childhood Education in the municipal educational system of Florianópolis: implications of the evaluation conducted in 2015 using the ITERS-R scale

Abstract

The article aims to analyze the actions proposed and performed by the Early Childhood Education Centers of the Municipal Education System (RME) of Florianópolis after returning the results of the external evaluation carried out in 2015 using the instrument Infant Toddler Environment Rating Scale Revise Edition (ITERS-R), as well as diagnose the current situation of the Early Childhood Education Centers regarding the quality of care. For this, a research instrument in the form of a questionnaire composed of 27 indicators was developed, based on the literature and official documents, the questionnaire was validated by specialists in the area and applied in the Early Childhood Education Centers of the RME of Florianópolis, which underwent the evaluation in 2015, being voluntarily answered by the units' directors. The results revealed that, after returning the 2015 assessment, the Education Centers proposed and executed a series of improvements in order to qualify the service.

Keywords: external evaluation; ITERS-R; Childhood Education; quality improvement.

La evaluación de la Educación Infantil en la red municipal de educación de Florianópolis: implicaciones de la evaluación realizada en 2015 con el uso de la escala ITERS-R

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las acciones propuestas e implementadas por los Centros Municipales de Educación Infantil (NEIMs) de Florianópolis tras la retroalimentación de los resultados de la evaluación externa realizada en 2015 utilizando el instrumento Infant Toddler Environment Rating Scale Revise Edition (ITERS-R), y diagnosticar la situación actual de los Centros de Educación Infantil con respecto a la calidad de atención. Para ello, con base en la literatura y los documentos oficiales, se elaboró un instrumento de investigación en forma de cuestionario compuesto por 27 indicadores; el cuestionario fue validado por expertos en el área y aplicado en los NEIM de Florianópolis que se sometieron a evaluación en 2015, siendo respondido voluntariamente por los directores de las unidades. Los resultados mostraron que, tras la retroalimentación de la evaluación de 2015, los centros propusieron y aplicaron una serie de mejoras con vistas a cualificar el servicio.

Palabras clave: evaluación externa; ITERS-R; Educación Infantil; mejora de la calidad.

1 Introdução

Ao estudar a história voltada à primeira infância, percebe-se que nos últimos 20 anos ocorreram significativas transformações vinculadas a condicionantes sociais, educacionais e legais, determinando novas diretrizes e parâmetros de atuação. Essas transformações acarretaram na necessidade de um reordenamento na estrutura funcional e organizacional das instituições de Educação Infantil, principalmente daquelas voltadas para o atendimento de crianças vulnerabilizadas pela situação de pobreza, pois a sua abrangência, além da esfera do Bem-Estar e Assistência Social, alcançou a da Educação, tendo esta, um papel primordial.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a educação foi reconhecida como um direito de todas as crianças e um dever do Estado, da família e da sociedade, conforme o seu Art. 227 (BRASIL, 1988), cabendo ao Estado oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 começou a abordar uma nova concepção de criança, enxergando-a como um ser histórico social, que merece ser educada e que necessita de cuidados (BRASIL, 1990). A partir disso, políticas públicas educacionais surgiram com o intuito de contribuir para a melhoria da educação, garantir o acesso de todos a instituições de ensino, oferecer uma educação de qualidade, observando e respeitando o desenvolvimento das crianças.

Em 2006, ocorreu o lançamento da *Política Nacional de Educação Infantil: Pelo Direito das Crianças de 0 a 6 anos à educação*, que definiu diretrizes, objetivos, metas e estratégias da Educação Infantil no Brasil (BRASIL, 2006a). Ainda nesse mesmo ano, foram publicados em dois volumes os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006b). Esses documentos têm como objetivo estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e ao funcionamento das instituições de Educação infantil.

No ano de 2009, foram propostos os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009a), objetivando traduzir e detalhar esses Parâmetros de qualidade em indicadores operacionais, como um instrumento de autoavaliação das instituições de Educação Infantil, baseado em um processo participativo que possibilita a reflexão e a definição de um caminho próprio para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e social das

instituições. Ainda nesse mesmo ano, o documento intitulado “Critérios para o atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças” (BRASIL, 2009b), composto por parâmetros relativos à organização e ao funcionamento interno das creches e à definição de diretrizes e normas políticas, surgiu com o objetivo de atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças nas instituições, onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância.

Apesar de existirem Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil, Indicadores da qualidade e Critérios para o atendimento em creches, grande parte das instituições de educação infantil os têm implementado parcialmente. Nos últimos anos, houve uma expansão da oferta de educação infantil, mas essa expansão nem sempre foi acompanhada de padrões de qualidade adequados.

Embora exista o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), implantado no Brasil desde o início da década de 1990 pelo Governo Federal com o propósito de promover a qualidade da educação básica, o mesmo não contempla a Educação Infantil, uma das etapas da Educação Básica, como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1988, 1996).

Uma perspectiva de superação dessa lacuna ganha respaldo com o PNE, que define os rumos da educação brasileira de 2014 a 2024, estabelecido por meio da Lei nº 13.005, de junho de 2014, que prevê a implantação da avaliação da Educação Infantil “a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em Parâmetros Nacionais de Qualidade, objetivando aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes” (BRASIL, 2014).

Conforme mencionado, o PNE prevê a avaliação da Educação Infantil com base em parâmetros nacionais de qualidade, iniciativa esta que pode se constituir como um ponto de partida para alterar o quadro de precariedade do atendimento. As primeiras experiências com o intuito de aferir a qualidade da Educação Infantil começaram a ser realizadas no Brasil a partir de 2006. A Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis,

objeto de estudo da presente pesquisa, fez parte de duas experiências avaliativas, uma em 2009, feita por amostragem, e outra conduzida de maneira censitária em 2015.

No ano de 2009, a avaliação foi realizada através de uma parceria entre a Fundação Carlos Chagas (FCC), o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o uso de escalas americanas ITERS-R (*Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised*), para crianças com faixa etária de 0 a 2 anos e 6 meses, e ECERS-R (*Early Childhood Environment Rating Scale - Revised*), para crianças com faixa etária de 2 anos e 7 meses a 5 anos.

Já na avaliação conduzida em 2015, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Florianópolis, dispendo de financiamento do BID, contratou a FCC para desenvolver um estudo em nível de rede municipal, fazendo uso das mesmas escalas americanas, a ITERS-R e a ECERS-R. Os 88 núcleos de educação infantil da rede municipal fizeram parte desta pesquisa. Destes, apenas 59 atendiam crianças em idade de creche (0 a 2 anos e 6 meses) na época em que ocorreu a pesquisa. A coleta de dados foi feita por cinco avaliadoras, duas externas (uma vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina e outra à Universidade do Estado de Santa Catarina); duas avaliadoras internas da Secretaria Municipal de Educação e uma avaliadora da Fundação Carlos Chagas (FCC). Em relação à aplicação da escala, a observação de cada grupo ocorreu em um dia, com duração de, no mínimo, três horas e meia no espaço-tempo educativo selecionado e 40 minutos para a entrevista com o(a) professor(a) responsável pelo grupo, não podendo ser observados dois grupos em um mesmo dia. A avaliação se centrou somente naquilo que é descrito na escala, buscando representar exatamente a realidade observada.

No ano de 2016, os primeiros resultados apurados pela FCC foram divulgados e demonstraram significativas variações no nível de qualidade do atendimento das unidades de Educação Infantil do município de Florianópolis. Para cada uma das unidades, foram disponibilizados os seus resultados específicos em todo item avaliado, apoiando os(as) gestores(as) na tomada de decisões e no delineamento de ações, a fim de superar deficiências existentes nos Núcleos administrados.

A presente pesquisa, do ponto de vista da contribuição prática, visa ampliar o debate e o uso da avaliação externa não só como ferramenta de diagnóstico, mas como

estratégia para a melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil do município de Florianópolis. Conforme destacado por Luckesi (2012), a avaliação não pode ter como função criar um ranking das instituições avaliadas, seu objetivo fundamental é diagnosticar a qualidade da educação e orientar intervenções para a sua melhoria.

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações propostas e executadas pelos NEIMs de Florianópolis após a devolutiva dos resultados da avaliação externa realizada em 2015, bem como diagnosticar a situação atual desses Núcleos quanto à qualidade do atendimento. Para isso, foram definidos três objetivos específicos: 1) elaborar, com base em uma revisão de literatura, um instrumento que possibilitasse monitorar a situação atual da Educação Infantil (EI), bem como identificar como a avaliação externa conduzida em 2015 contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento nos Núcleos de Educação Infantil; 2) identificar as melhorias nos processos e ações realizadas pelos Núcleos com base nos resultados da avaliação externa; 3) realizar um diagnóstico da situação atual dos Núcleos de Educação Infantil nos indicadores avaliados e identificar aspectos que ainda precisam ser melhorados.

Embora a avaliação realizada em 2015 tenha envolvido a avaliação do atendimento para crianças em idade de creche e de pré-escola, a presente pesquisa se centra somente na avaliação acerca de creche (faixa etária de 0 a 2 anos e 6 meses). O instrumento desenvolvido foi aplicado junto às diretoras dos núcleos de educação infantil da rede municipal de Florianópolis. Neste artigo, a discussão dos resultados será aprofundada nas dimensões *Rotinas de Cuidado pessoal* e *Atividades*, dimensões que mostraram resultados mais deficientes na avaliação realizada em 2015 na rede municipal de Florianópolis.

2 Revisão bibliográfica

No ano de 2009, através da Resolução CNE/CEB nº 5, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEIs) a serem executadas pelos estados e municípios, mas, prioritariamente, pelos municípios (BRASIL, 2009c). As Diretrizes reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação, orientando, assim, as políticas

públicas e a elaboração, planejamento e execução de propostas pedagógicas da Educação Infantil. Essas propostas pedagógicas devem respeitar os seguintes princípios:

[...] éticos (de autonomia, responsabilidade, respeito ao meio ambiente, diferentes culturas, de identidades e singularidades); políticos (dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática); e estéticos (da sensibilidade, ludicidade e da liberdade de expressão nas manifestações artísticas e culturais). (BRASIL, 2010, p. 16)

Ainda em 2009, sob a coordenação do MEC, por meio da SEB, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foram elaborados os “*Indicadores de Qualidade da Educação Infantil*” (BRASIL, 2009a), um instrumento organizado com base nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI), que “[...] contêm referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades do nosso imenso território e das muitas culturas nele existentes” (BRASIL, 2006b).

A construção dos indicadores partiu de sete dimensões de qualidade pré-estabelecidas, a saber: (1) planejamento institucional, multiplicidade de experiências e linguagens; (2) interações (espaço coletivo de convivência e respeito); (3) promoção da saúde; (4) espaços, materiais e mobiliários; (5) formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; (6) cooperação e troca com as famílias; (7) participação na rede de proteção social (BRASIL, 2009a). O seu propósito foi oferecer elementos para avaliação das condições de atendimento das crianças, além de fomentar a reflexão sobre as propostas curriculares para a etapa da Educação Infantil. Todavia, por ser apenas uma indicação avaliativa de livre adesão por parte das redes de ensino, não atingiu o objetivo de se consolidar como uma ferramenta de autoavaliação em âmbito nacional.

Nesse mesmo ano, foi divulgado o documento “*Critérios para o atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças*” (BRASIL, 2009b); seu

objetivo principal foi o de definir critérios para atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeitasse a dignidade e os direitos básicos das crianças. Esse documento é composto por duas partes. A primeira contém critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito, principalmente, às práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças. A segunda explicita critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais.

No ano de 2011, o MEC, através da Portaria Ministerial nº 1.147, instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Educação Infantil. Esse Grupo foi responsável pela elaboração de um documento intitulado *Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (BRASIL, 2012), que propôs diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática de avaliação capaz de fazer um levantamento da realidade educacional considerando sua diversidade e também apoiar políticas e programas educacionais. As diretrizes propostas para a avaliação da Educação Infantil se basearam em documentos já elaborados pelo MEC acerca dos parâmetros e indicadores de qualidade e em experiências divulgadas em pesquisas nacionais e internacionais.

O documento elaborado pelo GT é resultado também de um debate realizado pelos movimentos sociais junto ao MEC para pensar a avaliação na perspectiva de avaliar as práticas educacionais existentes nos estabelecimentos, tendo como foco a garantia do direito das crianças, e não na perspectiva de avaliar as crianças no seu conhecimento ou no seu desenvolvimento. O documento traz os aspectos a serem objeto de avaliação e sua abrangência para avaliar a qualidade do atendimento, tal como detalhado na tabela 1.

Tabela 1 - Aspectos a serem objetos da avaliação da Educação Infantil e abrangência

Aspectos	Abrangência
Acesso	Referindo-se a iniciativas de viabilização/ampliação da oferta à Educação Infantil.
Insumos	Destaque às condições e fatores indicados nos documentos como condição para a oferta qualificada de Educação Infantil, que se refere a orçamento, espaço físico, recursos humanos, recursos materiais, outros recursos (alimentação e serviços de apoio e proteção aos direitos).
Processos	Destaque a aspectos relativos à gestão, currículo, relações/ interações que se espera que estejam presentes na Educação Infantil.

Fonte: BRASIL (2012).

O GT recomenda como uma das indicações iniciais a continuidade de desenvolvimento de estudos e propostas que possam subsidiar a implantação e aprimoramento da avaliação da educação infantil, ressaltando que para construir uma cultura de avaliação na e da educação infantil e fortalecer a concepção de avaliação participativa associada à definição de um conjunto de indicadores de gestão educacional, cabe ao MEC/SEB divulgar amplamente padrões de qualidade, a partir dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2012).

A fim de avançar na questão da avaliação da qualidade da EI, em 2015, a Secretaria de Educação Básica do MEC, em parceria com algumas Universidades brasileiras e a *Università degli studi di Pavia*, apoiou, técnica e financeiramente, a execução do projeto *Formação da Rede em Educação Infantil: Avaliação de Contexto*. O objetivo do projeto consistiu em formular e difundir proposições e indicadores de avaliação de contexto na EI comprometidos com o debate acadêmico e a política nacional brasileira. O projeto possibilitou refletir e formular posicionamentos e contribuições acerca da avaliação de contexto. Como resultado, foi produzido o documento “Contribuições para a Política Nacional: A Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto” que busca contribuir para o diálogo com o campo da política nacional de avaliação de Educação Infantil, oportunizando reflexões e proposições de avaliação de contexto, que tem como

característica avaliar a qualidade, negociá-la, construí-la em um processo participativo e formativo (BRASIL, 2015, p. 31).

Em 2018, houve uma atualização dos Parâmetros Nacionais de Qualidade, contemplando todos os volumes em um único documento, que apresenta todo o conhecimento das versões de 2006, acrescidas das inovações que o arcabouço legal posterior trouxe. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade de Educação Infantil (2018) têm como objetivo orientar o sistema de ensino com os padrões de referência de organização, gestão e funcionamento das Instituições de Educação Infantil, contribuindo para um processo democrático de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para as crianças da faixa etária de 0 até 5 anos, promovendo iniciativas inovadoras e coletivas, que visem a aprendizagem e o desenvolvimento integral e integrado das crianças (BRASIL, 2018).

No ano de 2019, uma nova portaria (Portaria nº 271, de 22 de março de 2019) foi publicada pelo MEC, normatizando as diretrizes do Saeb (BRASIL, 2019). Diferentemente das demais etapas da Educação Básica, a portaria estabelece que a avaliação da Educação Infantil seja realizada em caráter de estudo-piloto para uma amostra de creches e pré-escolas públicas, cruzando dados com Censo Escolar para gerar os resultados necessários.

A garantia da qualidade do atendimento na Educação Infantil depende constantemente da avaliação das políticas públicas educacionais e do estabelecimento de metas para a garantia dessa qualidade. Tais metas são possíveis a partir da associação dos indicadores de qualidade com os índices de cobertura do atendimento para a Educação Infantil, colocando-nos frente ao dilema de se “[...] expandir as vagas para a educação infantil ou de se adequar a expansão a parâmetros aceitáveis de qualidade” (ROSEMBERG, 1999, p. 51).

Essa preocupação com a qualidade, além dos aspectos avaliativos, inclui o fato de que os ambientes a serem avaliados, instituições de Educação Infantil, são também contextos contemporâneos de desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2005; LIMA; BHERING, 2006; LORDELO, 2002).

Partindo dessa premissa, a partir de 2009, algumas experiências de avaliação da Educação Infantil começaram a ser realizadas no Brasil com o uso de escalas americanas. Seis capitais – Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro e Teresina – foram escolhidas pela Fundação Carlos Chagas (FCC) para participar da avaliação externa. A opção metodológica para a avaliação foi pela utilização de duas escalas americanas de observação: a *ITERS-R (Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised)*, na educação de crianças de 0 a 2 anos e 6 meses; e a *ECERS-R (Early Childhood Environment Rating Scale – Revised)*, na educação de crianças de 2 anos e 7 meses a 5 anos. Essas escalas avaliam a qualidade dos ambientes e são compostas por sete subescalas: (1) espaço e mobiliário; (2) rotinas de cuidado pessoal; (3) falar e compreender/linguagem e raciocínio; (4) atividades; (5) interação; (6) pais e equipe; (7) estrutura do programa. Os principais resultados da pesquisa de 2009 revelaram que as creches e pré-escolas apresentam em média níveis de qualidade insatisfatórios. Os níveis de qualidade mais comprometidos se referem às subescalas atividades, rotinas de cuidado pessoal e estrutura do programa (CAMPOS *et al.*, 2011). Segundo Campos *et al.* (2011), mudanças em determinadas características das instituições poderiam levar à melhoria da qualidade da Educação Infantil nos municípios investigados.

Outra iniciativa relevante para monitoramento da qualidade da EI foi conduzida por Bhering e Abuchaim (2014), que avaliaram, por amostragem, 149 unidades de EI do município do Rio de Janeiro utilizando as escalas de avaliação de ambientes *ITERS-R* e *ECERS-R*. Esse estudo possibilitou levantar campos relevantes para o monitoramento das políticas da EI. Esses campos de monitoramento surgiram através da análise e compilação de dados de diferentes fontes sobre o funcionamento da Rede Municipal de Educação Infantil do Rio de Janeiro, com o intuito de garantir avanços importantes na qualidade da EI. Na compreensão de Bhering e Abuchaim (2014), a garantia do efetivo direito à educação se centra em extrair aspectos relevantes para o monitoramento das políticas da Educação Infantil; esses aspectos dependem da integração de esforços e contribuições de três instâncias: a gestão dos sistemas e das redes de ensino, a gestão das unidades escolares e a gestão das práticas pedagógicas. As autoras propuseram seis dimensões de monitoramento, incluindo, prédios e espaços, estratégias de desenvolvimento profissional e condições de trabalho e carreira, estratégias para envolvimento dos pais,

organização do trabalho pedagógico, linguagem oral e escrita e atividades e os respectivos indicadores para concretização da política educacional.

A rede municipal de ensino de Florianópolis foi novamente objeto de avaliação no ano de 2015. A Secretaria Municipal de Educação (SME), dispendo de financiamento do BID, contratou a equipe da FCC para desenvolver um projeto de avaliação da qualidade dos ambientes das unidades municipais de EI por meio da utilização de escalas americanas, a ITERS-R e a ECERS-R. Nessa avaliação, realizada de maneira censitária, as dimensões Atividades e Rotinas de Cuidado Pessoal voltaram a apresentar níveis inadequados na qualidade do atendimento (FLORIANÓPOLIS, 2016).

3 Metodologia

O presente trabalho envolveu desde a formulação de um questionário, a coleta de dados e posterior análise descritiva e discussão das respostas obtidas. A elaboração do questionário teve como base documentos oficiais que tratam do tema qualidade da EI. Para análise e discussão dos resultados, foram trazidas algumas pesquisas já realizadas no Brasil com o uso da escala ITERS-R. A partir dessas pesquisas, foi possível fazer comparativos com os resultados encontrados no presente estudo e observar os encaminhamentos que os autores sugeriram para qualificar o atendimento no contexto das crianças de 0 a 2 anos e 6 meses.

A pesquisa foi desenvolvida apenas para o contexto da avaliação das crianças de 0 a 2 anos e 6 meses (faixa etária avaliada em 2015 utilizando a escala ITERS-R), a escolha pela faixa etária de creches ocorreu por se tratar do grupo da EI que conta com menores investimentos. De acordo com Campos et al. (2010), as creches, comparativamente com as pré-escolas, “aparecem em situação mais precária, seja quanto à formação de pessoal, seja quanto à infraestrutura material, adotando rotinas rígidas baseadas quase exclusivamente em ações voltadas para a alimentação, higiene e contenção das crianças”.

3.1 Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa, contendo 27 indicadores, foi elaborado com base nos documentos oficiais que falam sobre a qualidade, dentre eles, os Indicadores da Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2009a) e os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 2009b). Além disso, foram utilizados os campos para monitoramento da Educação Infantil sugeridos pelas autoras Bhering e Abuchaim (2014) e a escala ITERS-R (HARMS, T.; CRYER, D.; CLIFFORD, M., 2003).

Nessa perspectiva, o quadro 1 apresenta, na primeira coluna, as dimensões que compõem o instrumento, sendo elas: espaço e mobiliário, rotinas de cuidado pessoal, falar e compreender, atividades, interação e estrutura do programa. Na sequência, a segunda coluna do quadro mostra os indicadores; na terceira coluna, encontram-se as questões que buscam identificar a situação atual dos NEIMs; a quarta coluna mostra as questões que procuram identificar as ações de melhorias planejadas e executadas após o núcleo ter recebido os resultados da avaliação ITERS-R, em 2016. Portanto, o instrumento de pesquisa é composto por duas partes, uma com questões que investigam a situação atual (denominada parte “a”) e outra com questões que investigam as melhorias realizadas (denominada parte “b”).

A maioria das respostas fechadas envolviam três opções de resposta, por exemplo: a questão 3, parte “a”, que perguntava se atualmente “o NEIM disponibiliza espaços educativos que funcionem plenamente e promovam interações e atividades adequadas”, teve como resposta as opções *Não disponibiliza*, *Disponibiliza poucos espaços* e *Disponibiliza muitos espaços*; já na parte “b”, que questionava se após a avaliação de 2015 “havia sido planejadas ou executadas ações de melhoria com relação aos espaços educativos”, as opções de resposta foram *Não foi proposto/executado nenhuma ação de melhoria*, *Foram definidas ações de melhoria, mas não chegaram a ser executadas* e *Foram definidas ações de melhoria e executadas*. Para cada questão, havia um espaço aberto para comentários sobre as melhorias realizadas (caso houvesse) e sobre a situação atual das unidades em cada indicador.

Na dimensão *Espaço e Mobiliário*, são propostos indicadores que permitem observar aspectos como estado de conservação, nível de conforto, grau de segurança e adequação dos ambientes e dos equipamentos destinados a estimular a aprendizagem, a autonomia e o desenvolvimento das crianças. Na dimensão *Rotinas de cuidado pessoal* são propostos indicadores relacionados à promoção da saúde, segurança e bem-estar das crianças.

Na dimensão *Falar e Compreender* são propostos indicadores que avaliam os estímulos dados às crianças no sentido de desenvolver suas habilidades linguísticas e a comunicação verbal. Consideram-se os insumos concernentes à oferta de livros em boas condições, à variedade e diversidade desses materiais em um número suficiente para acesso de todas as crianças. Na dimensão *Atividades* são propostos indicadores referentes aos materiais disponíveis, pertinente à sua quantidade, adequação, variedade e ao tempo em que ficam disponíveis para serem utilizados pelas crianças.

Na dimensão *Interação* são propostos indicadores referentes à qualidade das interações, considerando os processos que dizem respeito à supervisão das crianças, o apoio em suas ações positivas ou na mediação de conflitos entre pares. Na dimensão *Estrutura do Programa*, o foco está na avaliação do ritmo da programação diária, nas atividades livres e em grupos, a flexibilidade da programação, de modo a atender as necessidades individuais das crianças, respeitando seus desejos e interesses e as condições da instituição para incluir crianças com deficiências.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e questões que compuseram o instrumento de pesquisa

DIMENSÃO	INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL (PARTE A)	APÓS O RECEBIMENTO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ITERS-R (PARTE B)
Espaço e Mobiliário	1-Atendimento aos padrões básicos de infraestrutura	A construção do NEIM atende aos padrões básicos de infraestrutura previstos nos documentos oficiais?	Houve melhoria nos padrões de infraestrutura? Se sim, quais foram as melhorias realizadas?
	2-Adequação do tamanho do espaço ao número de crianças	A unidade leva em conta a razão e o tamanho do espaço das salas versus o número de crianças por grupo? Respeitando o espaço de 1,30 m ² por criança atendida conforme Resolução 01/2009, art. 14, parágrafo único.	Houve melhoria em relação ao espaço destinado à acomodação dos grupos? Se sim, quais foram?
	3-Adequação dos espaços para atividades e interações	O NEIM disponibiliza espaços educativos que funcionem plenamente e promovam interações e atividades adequadas?	Houve melhoria com relação aos espaços educativos? Se sim, quais foram?
	4-Disponibilidade de mobília para as atividades diárias	O NEIM disponibiliza móveis em número suficiente na sala para atividades diárias (sono, higiene, alimentação, etc), estando em bom estado de conservação oferecendo segurança às crianças?	Houve melhoria com relação aos móveis, seu estado de conservação e que ofereçam segurança às crianças? Se sim, quais foram?
	5-Disponibilidade de materiais para a promoção do bem estar	O NEIM disponibiliza materiais (almofadas, edredons, sofás, blocos de espuma, etc) que possam promover relaxamento e conforto às crianças?	Houve melhoria com relação à disponibilidade de materiais que possam promover relaxamento e conforto às crianças? Se sim, quais foram?
	6-Contato dos bebês com materiais como estratégia pedagógica	Professores e auxiliares estabelecem, em sua rotina, a possibilidade dos bebês terem contato com materiais expostos como estratégia pedagógica (móviles, figuras, fotografias)?	Houve melhoria com relação aos professores e auxiliares estabelecerem em sua rotina a possibilidade dos bebês terem contato com a exposição de materiais como estratégia pedagógica? Se sim, quais foram?
	7-Possibilidade da circulação dos bebês em diferentes espaços	Professores e auxiliares estabelecem, em sua rotina, a possibilidade da circulação dos bebês em diferentes espaços da unidade educativa?	Houve melhoria com relação aos professores e auxiliares estabelecerem em sua rotina a possibilidade dos bebês circularem em diferentes espaços da unidade? Se sim, quais foram?

Rotinas de Cuidado Pessoal	8-Treinamento para boas práticas de higiene	O NEIM oferece treinamento/palestra para os profissionais que atendem crianças, incluindo boas práticas de higiene (lavar as mãos, manter limpo o espaço usado pelas crianças e adultos, troca de fraldas e uso do banheiro feitos adequadamente e prevenir proliferação de germes)?	Foram executadas ações de melhoria com relação aos treinamentos/palestras oferecidas para os profissionais que atendem as crianças, incluindo boas práticas de higiene? Se sim, quais foram?
	9-Planejamento da hora do sono	Em relação à hora do sono, existe um planejamento para esse momento? É permitido que as crianças que não querem dormir no horário coletivo tenham outras atividades (tal como ler um livro, brincar com jogos, ou desenhar)?	Foram executadas ações de melhoria com relação ao planejamento da hora do sono? Se sim, quais foram?
	10-Adoção de procedimentos sanitários para a hora do sono	Em relação à hora do sono, são adotados procedimentos sanitários adequados evitando a propagação de doenças (uso individual de colchões e roupas de cama, higienização periódica dos colchões, etc.)?	Com relação à hora do sono e à adoção de procedimentos sanitários adequados, foram executadas ações de melhoria? Se sim, quais foram?
	11-Participação dos profissionais nas ações de formação	Professores e auxiliares participam com assiduidade dos momentos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal?	Foram executadas ações de melhoria com relação ao incentivo, ao aumento da participação do grupo de profissionais nas formações oferecidas pela Secretaria Municipal? Se sim, quais foram?
	12-Qualidade nutricional e sanitária das refeições	O NEIM demonstra preocupação em relação à qualidade nutricional e sanitária com que as refeições são oferecidas às crianças? Procura incentivar o consumo de frutas e hortaliças promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis?	Foram executadas ações de melhoria com relação à qualidade da oferta das refeições, procurando incentivar o consumo de frutas e hortaliças promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis? Se sim, quais foram?
	13-Práticas de intervenção na segurança das crianças	O NEIM, em parceria com os profissionais, adota práticas de intervenção junto às crianças no sentido de ajudá-las a seguirem as regras de segurança nos diferentes espaços da unidade escolar?	Foram executadas ações de melhoria com relação às práticas de intervenção na segurança das crianças? Se sim, quais foram?

Falar e Compreender	14- Disponibilidade de materiais pedagógicos apropriados à faixa etária	A Rede Municipal de Ensino busca disponibilizar materiais pedagógicos como livros apropriados para a faixa etária de 0 a 30 meses, incluindo livros de pano, de plástico e papelão resistentes com figuras adequadas a bebês, etc.?	Foram executadas ações de melhoria com relação à disponibilização de materiais pedagógicos apropriados para os bebês? Se sim, quais foram?
	15- Estímulo da linguagem através de diálogos	A equipe de profissionais do NEIM que trabalha com bebês desenvolve diálogos na conversa com as crianças estimulando o falar e compreender?	Foram executadas ações de melhoria com relação aos diálogos na conversa com as crianças estimulando o falar e compreender? Se sim, quais foram?
Atividades	16- Divulgação da Proposta Curricular à comunidade educativa	O NEIM divulga e dissemina a proposta curricular com orientações para o trabalho pedagógico com bebês para toda comunidade educativa?	Foram executadas ações de melhoria com relação à proposta curricular da Rede Municipal que norteia o trabalho pedagógico, divulgando esse documento para conhecimento dos profissionais que? Se sim, quais foram?
	17- Disponibilidade de materiais diversificados e apropriados à faixa etária	A Rede Municipal de ensino disponibiliza materiais apropriados e diversificados como instrumentos musicais, aparelhos de som, CDs, tintas não tóxicas para pintura com o dedo, massinha de modelar, blocos em espuma, etc., para que os professores e auxiliares possam desenvolver atividades?	Foram executadas ações de melhoria com relação à disponibilização de materiais apropriados e diversificados? Se sim, quais foram?
	18- Disponibilidade de materiais para brincadeiras de faz-de-conta	O NEIM disponibiliza materiais para brincadeiras de faz-de-conta com as crianças (como panelinhas, bonecos, talheres, potes, copos, mamadeiras, roupas, fantasias, etc.)?	Foram executadas ações de melhoria com relação à disponibilização de materiais para brincadeiras de faz-de-conta? Se sim, quais foram?
	19- Oportunidade de vivências que aproximam as crianças da natureza	O NEIM oportuniza às crianças vivências que aproximam elas da natureza?	Foram executadas ações de melhoria com relação a oportunizar às crianças vivências que aproximam elas da natureza? Se sim, quais foram?
	20- Disponibilidade de aparelhos midiáticos	O NEIM possui aparelho de TV, vídeo ou computador para realizar atividades com as crianças?	Foram executadas ações de melhoria com relação à disponibilidade de recursos midiáticos (TV, DVD, etc.)? Se sim, quais foram?

	21- Disponibilidade de materiais que apresentam diversidade cultural	O NEIM disponibiliza materiais que apresentam diversidade cultural que não reproduzem estereótipos e nem exteriorizam preconceitos?	Foram executadas ações de melhoria com relação à disponibilidade de materiais que apresentam a diversidade cultural? Se sim, quais foram?
Interação	22-Promoção às interações	O NEIM promove as interações entre crianças/criança e criança/adulto?	Foram executadas ações de melhoria com relação às interações criança/criança e criança/adulto? Se sim, quais foram?
	23- Encorajamento ao respeito mútuo entre as crianças e os adultos	Os profissionais do NEIM procuram encorajar o desenvolvimento do respeito mútuo entre as crianças e os adultos e envolver ativamente as crianças na resolução dos seus conflitos e problemas entre pares?	Com relação a encorajar o desenvolvimento do respeito mútuo entre as crianças e os adultos e envolvê-las ativamente na resolução dos seus conflitos e problemas, foram propostas ações de melhoria? Se sim, quais foram?
Estrutura do Programa	24-Preocupação com a organização da rotina diária	O NEIM se preocupa com a organização da rotina diária presente no planejamento dos professores, tendo uma sequência nas atividades previstas/ executadas com flexibilidade ao longo do dia?	Foram executadas ações de melhoria com relação à organização da rotina presente no planejamento dos professores, tendo uma sequência nas atividades previstas/ executadas com flexibilidade ao longo do dia? Se sim, quais foram?
	25-Oportunidade para atividades livres	O NEIM oportuniza atividades livres, supervisionando as interações?	Foram executadas ações de melhoria com relação a oportunizar atividades livres? Se sim, quais foram?
	26-Respeito ao tempo e espaço das crianças	O NEIM respeita o tempo e espaço das crianças, contemplando em sua rotina o acolhimento, as refeições, a brincadeira, a higiene, o descanso e as idas ao parque?	Foram executadas ações de melhoria com relação a respeitar o tempo e espaço das crianças, contemplando em sua rotina o acolhimento, as refeições, a brincadeira, a higiene, o descanso e as idas ao parque? Se sim, quais foram?
	27-Interesse em inserir as crianças com deficiência nas atividades	O NEIM, representado por seus professores e auxiliares, respeita e demonstra interesse em inserir as crianças com deficiência nas atividades propostas?	Foram executadas ações de melhoria com relação ao respeito e ao interesse em inserir as crianças com deficiência nas atividades propostas? Se sim, quais foram?

O questionário proposto nesta pesquisa foi concebido para ser respondido pelas diretoras dos NEIMs. A versão atual do questionário passou pela análise e validação de especialistas da área. Participaram da análise e validação, cinco especialistas que colaboraram sugerindo alterações, acréscimos e fazendo ajustes no corpo do instrumento, adequando-o para melhor compreensão das questões. Esses especialistas possuem especialização e mestrado, bem como vasto conhecimento sobre a área da Educação, com foco na EI, agregando, dessa forma, na qualificação do instrumento.

3.2 População-alvo e procedimentos para coleta de dados

Como forma de assegurar que as respondentes seriam as diretoras dos NEIMs, responsáveis pela gestão das políticas de EI nas unidades, que, geralmente, são eleitas por legitimação em eleição direta com participação da comunidade educativa, o primeiro contato foi feito pessoalmente para apresentar o questionário e convidá-las a participar da pesquisa, explicando a sua importância para esse campo da educação. Destaca-se que grande parte das diretoras contactadas aceitou o convite prontamente. As visitas aos Núcleos iniciaram em setembro de 2019, onde todos os questionários foram entregues às diretoras, na forma impressa e, em comum acordo, foi definido um prazo para devolutiva dos mesmos. Das 59 unidades alvos desta pesquisa, 51 efetivamente participaram da pesquisa respondendo o questionário proposto, o que representa 86,4% da população total. Ressalta-se que essa pesquisa coletou informações apenas das diretoras, por serem as responsáveis pela gestão dos Núcleos de Educação Infantil, deste modo, outros membros da comunidade escolar (tal como as professoras) poderão ter visões diferentes sobre alguns aspectos avaliados.

4 Resultados e discussão

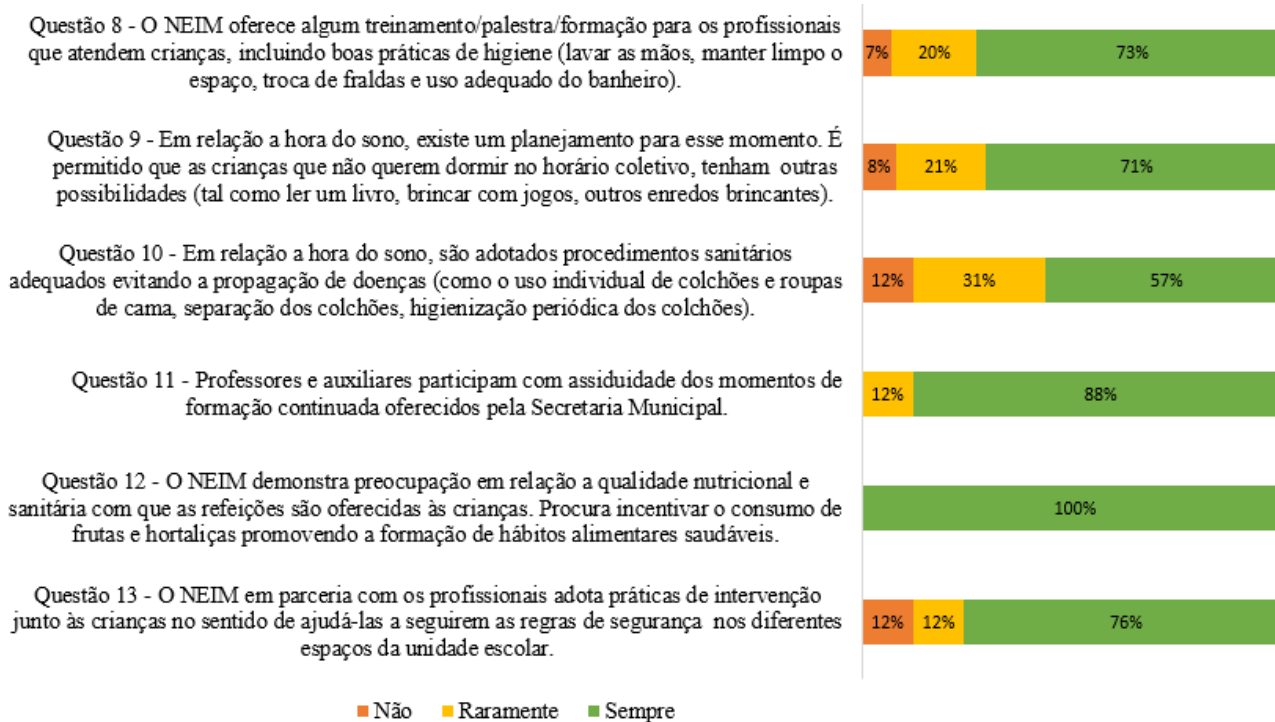
Das 51 diretoras que responderam o questionário proposto, 39 atuam na rede municipal há mais de 10 anos e 12 há mais de cinco anos. São todas do sexo feminino e possuem formação em nível superior, 25% possuem graduação, 65% especialização, 8% mestrado e 2% doutorado. Do total de diretoras, 34% pertencem ao quadro civil (auxiliares de sala) e 66% pertencem ao quadro do magistério com cargos diversos, dentre eles: professoras de educação infantil, professoras de educação física, supervisoras e professoras auxiliares de educação infantil. Aproximadamente 65% estão exercendo a função de direção no primeiro mandato, que é de três anos, as demais já estão no segundo mandato.

A seguir, por limitação de espaço, serão apresentadas apenas as análises das respostas obtidas no instrumento de pesquisa para as questões relacionadas às duas dimensões avaliadas que apresentaram pior desempenho na avaliação ITERS-R de 2015, são elas: *Rotinas de Cuidado Pessoal* e *Atividades*.

4.1 Dimensão *Rotinas de Cuidado Pessoal*

A rotina é primordial para a qualidade do atendimento ofertado na educação infantil, desempenha um papel importante no momento de definir o contexto no qual as crianças se movimentam e agem, atuando como a organizadora estrutural das experiências cotidianas (ZABALZA, 1998, p. 52). Nesta seção serão apresentadas as respostas às seis questões do instrumento de pesquisa (questões de 8 a 13) que integram a dimensão *Rotinas de Cuidado Pessoal*. A seguir, o gráfico 1 traz as respostas das questões que tratam da *situação atual* dos NEIMs.

Gráfico 1 – Resultado das Questões 8 a 13 da Dimensão Rotinas de Cuidado Pessoal, no que se refere à situação atual dos NEIMs



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Pode-se observar que as respostas das diretoras foram majoritariamente positivas. No que toca ao treinamento aos profissionais com o intuito de qualificar as boas práticas de higiene, 73% dos núcleos oferecem treinamento; 20% raramente; e 7% não oferece nenhum tipo de treinamento (Questão 8). Em relação à hora do sono (Questão 9), 71% planejam esse momento, oferecendo às crianças que ficam acordadas outras possibilidades; os demais planejam raramente ou nunca. Quanto à Questão 10, 57% dos núcleos adotam procedimentos sanitários adequados para prevenir a propagação de doenças; 31% raramente; e 12% não adere a nenhum desses procedimentos. Sobre os momentos de formação (Questão 11), em 88% dos núcleos os profissionais participam dos momentos de formação com o intuito de qualificar sua prática e 12% raramente participam. No que toca à Questão 12, todas as diretoras dos NEIMs sinalizaram que demonstram preocupação concernente à qualidade nutricional e sanitária com que as refeições são oferecidas às crianças, incentivando o consumo de frutas e hortaliças. Em relação à adoção de práticas que ofereçam segurança às crianças (Questão 13), 76% das diretoras sinalizaram que sempre adotam; 12% raramente; e 12% não adotam nenhuma

regra ou prática de intervenção junto às crianças. A seguir são apresentadas as *ações de melhoria* executadas na dimensão Rotinas de Cuidado Pessoal após a devolutiva dos resultados da avaliação ITERS-R de 2015.

Quanto aos treinamentos/palestras oferecidos para os profissionais com o intuito de qualificar as práticas (Questão 8), 43% das diretoras indicaram que definiram e executaram ações de melhoria em relação a essa questão. Dentre as ações de melhorias mais frequentemente realizadas, destaca-se a formação direcionada para as unidades que atendem crianças de 0 a 30 meses, apontadas por 27 diretoras; ainda, 11 mencionaram que a formação continuada teve melhorias, pois questões técnicas e pedagógicas foram ensinadas, resultando na qualificação das práticas.

No que se refere às ações relacionadas ao planejamento para a hora do sono (Questão 9), 38% das diretoras apontaram que foram definidas e executadas ações de melhoria. Dentre as melhorias apontadas, aparecem com maior destaque as atividades propostas em outros espaços para as crianças que não dormem, sendo que 16 diretoras mencionaram essa ação; oito disseram que respeitam as crianças que não querem dormir e passaram a propiciar a elas atividades usando o mesmo espaço; seis sinalizaram que a unidade não possui essa rotina por atenderem todas as crianças em horário de meio período, porém, respeitam as crianças que sentem essas necessidades e proporcionam a elas esse momento de descanso.

No que concerne à adoção de procedimentos sanitários adequados para a hora do sono (Questão 10), 45% das diretoras apontaram que foram definidas e executadas ações de melhoria. Percebe-se pelos apontamentos das diretoras que 23 unidades implementaram a higiene do sono, separando roupas de cama de uso individual, porém, essa ação não se concretizou completamente pelo fato de as unidades não disponibilizarem colchões em quantidade suficiente, fazendo-se necessário o uso do mesmo colchão para mais de uma criança; 16 unidades mencionaram que efetivamente passaram a usar roupas de cama individuais para o sono das crianças.

Quanto ao incentivo à participação do grupo de profissionais nas formações oferecidas pela Secretaria Municipal (Questão 11), 82% das diretoras sinalizaram que foram definidas e executadas ações de melhoria. Percebe-se pelo apontamento de 37

diretoras que a Rede Municipal buscou ampliar o número de vagas oferecidas para formação, colhendo sugestões dos grupos sobre temas que necessitavam qualificação; 15 sinalizaram que passaram a propiciar a participação das auxiliares de sala nos cursos durante o horário de trabalho, garantindo o atendimento normal sem a dispensa das crianças; 12 responderam que em suas unidades houve maior divulgação dos cursos oferecidos, um auxílio aos profissionais que encontravam dificuldades na hora de efetuar as inscrições *online* e o compartilhamento entre os grupos do NEIM sobre o que foi abordado nos encontros.

No que se refere à qualidade da oferta das refeições, promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis (Questão 12), 84% das diretoras sinalizaram que foram definidas e executadas ações de melhoria. Dentre as principais ações, verificou-se que em 40 unidades, os profissionais organizam dentro de seus planejamentos piqueniques, atividades que orientam o plantio de mudas e sementes, falam sobre os benefícios nutricionais dos alimentos, incentivam o consumo de frutas, verduras e legumes; 37 das respondentes sinalizaram que ocorre a mediação das professoras na hora das refeições, oferecendo saladas às crianças com pratos decorados e repondo quando necessário; nove ressaltaram que as famílias enviam frutas diferentes das que a unidade recebe em datas especiais e as mesmas são preparadas de forma atraente, aguçando o apetite das crianças.

Quanto às práticas de intervenção na segurança das crianças (Questão 13), 61% das diretoras apontaram que foram definidas e executadas ações de melhoria. Dentre as principais ações, destaca-se a resposta dada por 25 diretoras, que mencionaram conscientizar as crianças sobre práticas de segurança usando o diálogo; 18 indicaram que os NEIMs possuem saídas de emergência desobstruídas e extintores contra incêndio como forma de garantir a segurança; 10 sinalizaram que a Prefeitura Municipal precisa oferecer uma manutenção mais efetiva e contínua no sentido de evitar acidentes referentes à estrutura geral, como brinquedos do parque, vidros quebrados das janelas, vazamentos, infiltrações que podem comprometer a segurança das crianças.

Através das observações trazidas pelas diretoras, percebeu-se que nesta dimensão foram executadas consideráveis ações de melhorias; houve a ampliação dos cursos

oferecidos, passando de nove cursos em 2015, para 107 cursos em 2019. Em relação ao número de vagas oferecidas para formação, este passou de 2220, em 2015, para 5782 em 2019, tendo um aumento de 160% na ampliação das vagas. Os grupos puderam participar com sugestões de temas para estudo que necessitavam ser qualificados no trabalho do dia-a-dia.

Desde 2017, foi propiciado que um grande número de profissionais, auxiliares de sala, pudessem participar dos cursos de formação no horário de trabalho sem comprometer o atendimento às crianças, cerca de 30% das unidades sinalizaram que passaram a organizar outras atividades para as crianças que não dormem como: leituras, pintura, jogos, em espaços diferentes aos da sala.

Um dos primeiros estudos usando a escala ITERS-R, no Brasil, foi realizado por Lima e Bhering (2006) em um município de Santa Catarina. Os resultados da avaliação de 12 turmas apontaram condições mínimas de qualidade, com média de 3,4. As subescalas *Cuidado Pessoal* e *Atividades* tiveram os escores médios mais baixos em todos os centros de educação infantil analisados. As autoras indicaram que a rede pública deveria dar mais atenção aos itens destas duas subescalas e investir mais nas formações continuadas.

Os resultados das avaliações utilizando a escala ITERS nos anos de 2011 (CAMPOS *et al.*, 2011) e 2015 (FLORIANÓPOLIS, 2016) também apontaram níveis inadequados de qualidade para a subescala *Rotinas de Cuidado Pessoal*. Esta foi a subescala em que a RME de Florianópolis apresentou o pior desempenho na avaliação censitária de 2015. A média foi igual a 2,50, sendo que 77,96% dos Núcleos tiveram uma avaliação entre 1 e 2,90, considerada inadequada; 18,66% obtiveram suas notas variando entre 3 e 4,9, considerada mínima; e apenas 3,38% tiveram seus ambientes avaliados como bons.

A pesquisa de Campos *et al.* (2011) observou que os itens relacionados aos procedimentos adotados na *Hora do sono* e nas *Refeições* haviam apresentado os piores resultados. Na presente pesquisa foi observado que, em ambos os itens, a maioria dos NEIMs conseguiram implementar melhorias de modo a sanar as deficiências apontadas. No entanto, particularmente com relação aos procedimentos sanitários para a hora do sono, observou-se que grande parte dos núcleos (45%) as diretoras mencionaram ter tido

dificuldade para executar os procedimentos sanitários planejados por não disporem de colchões em número suficiente.

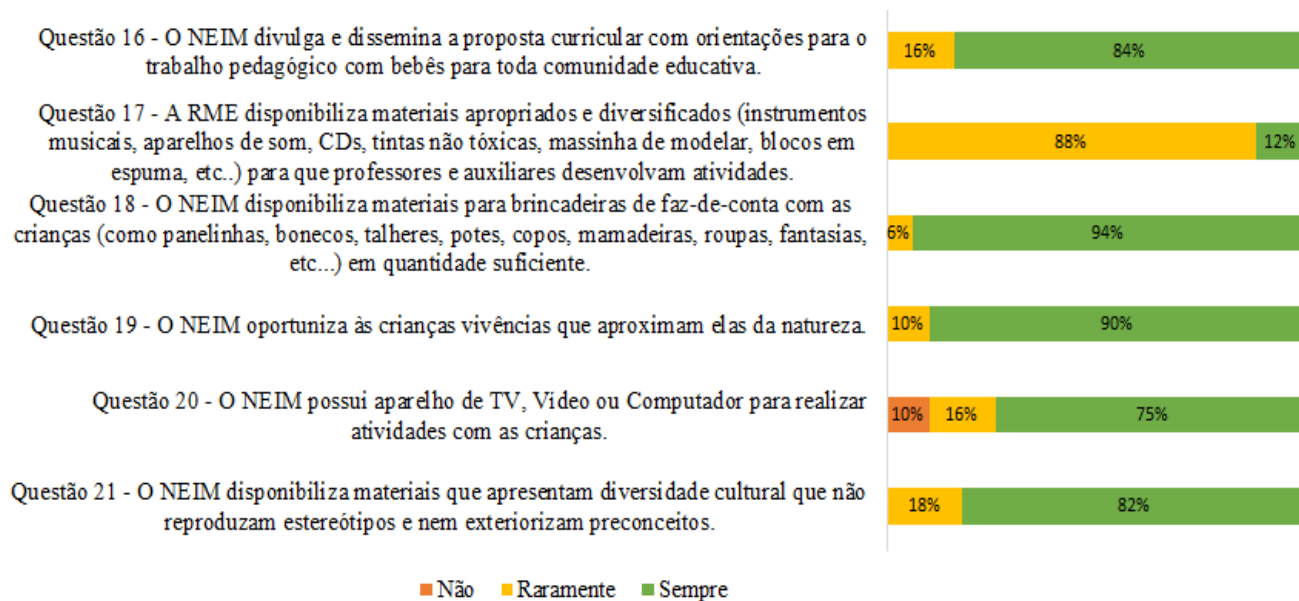
No que diz respeito à subescala *Rotinas de Cuidado pessoal*, percebeu-se que algumas deficiências que ainda não foram sanadas vão além da capacidade dos NEIMs de resolvê-las, necessitando de providências por parte da Secretaria Municipal de Educação, como por exemplo, a falta de colchões para garantir procedimentos sanitários adequados e a falta de manutenção na estrutura física das unidades para garantir a segurança das crianças.

O relatório apresentado pela Fundação Carlos Chagas (FLORIANÓPOLIS, 2016), fez recomendações à Secretaria Municipal de Educação em relação às fragilidades nas práticas pedagógicas encontradas, apresentando a necessidade de uma ação de formação e também maior investimento na aquisição de materiais, pois estes muitas vezes eram reduzidos ou fornecidos em quantidades insuficientes, comprometendo desta forma a qualidade do atendimento. Este aspecto foi reforçado na presente pesquisa pelas respostas das diretoras.

4.2 Dimensão Atividades

A atividade para Educação Infantil é focada no aprendizado lúdico, que desenvolve uma série de aspectos importantes para a formação das crianças e, quando bem planejada, ajuda no desenvolvimento integral. Cada brincadeira tem sua importância no processo de crescimento e desenvolvimento infantil. Na compreensão de Leontiev (1999), a brincadeira não é instintiva, mas, precisamente humana, atividade objetiva, que, por constituir a base da percepção que a criança tem do mundo dos objetos humanos determina o conteúdo de suas brincadeiras. É neste momento em que começam as brincadeiras envolvendo o imaginário. A seguir, o gráfico 2 apresenta os resultados das questões entre 16 e 21 do instrumento de pesquisa, referente à *situação atual* dos NEIMs na dimensão Atividades.

Gráfico 2 – Resultado das Questões 16 a 21 da Dimensão *Atividades*, no que se refere à situação atual dos NEIMs



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A primeira questão investigou se os núcleos divulgam a proposta curricular a toda comunidade educativa; pode-se notar que 84% dos núcleos disseram sempre divulgar e o restante dos núcleos, raramente. Percentuais de resposta muito similares foram observados na Questão 21, relacionada à disponibilidade de materiais que apresentam diversidade cultural que não reproduzam estereótipos e nem exteriorizam preconceitos, em que pouco mais de 80% dos núcleos disseram sempre disponibilizar esses materiais.

A questão que apresentou situação mais crítica na dimensão *Atividades*, está relacionada à disponibilização por parte da Rede Municipal de materiais apropriados e diversificados (Questão 17), em que 88% das respondentes sinalizaram que a rede raramente disponibiliza esses materiais e apenas 12% sinalizaram que a rede sempre disponibiliza.

As Questões 18 e 19 investigavam, respectivamente, a disponibilização de materiais para brincadeiras de faz-de-conta em quantidade suficiente e a oportunidade de vivências que aproximam as crianças da natureza. Nessas questões, pelo menos 90% das respondentes sinalizaram que isso sempre acontece e as demais responderam que raramente acontece. Respostas um pouco diferentes foram dadas à Questão 20, em que apenas 75% das diretoras responderam que os NEIMs possuem aparelhos de TV, vídeo ou

computador em quantidade suficiente para realizar atividades e as demais disseram que raramente ou nunca possuem. A seguir, são mostradas as *ações de melhoria* executadas na dimensão Atividades após a devolutiva dos resultados da avaliação ITERS-R de 2015.

Quanto à divulgação da Proposta Curricular do município que norteia o trabalho pedagógico (Questão 16), 94% das diretoras indicaram que definiram e executaram ações de melhoria. Ressalta-se que 45 diretoras mencionaram que a unidade divulga e deixa à disposição de todos os documentos que norteiam a prática pedagógica; 43 responderam que discutem o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da unidade nas reuniões com os grupos; 42 diretoras sinalizaram que a apresentação dos documentos acontece para os novos servidores da unidade, é realizada a socialização e solicitada a leitura, havendo também assessoria da supervisão pedagógica. Com menor frequência, foram apontadas ações relacionadas à discussão dos documentos nas reuniões e assessorias pedagógicas, formação de grupos de estudo e a confecção de um jornal informativo que é enviado para as famílias sobre as propostas que são trabalhadas com as crianças.

No que se refere às ações relacionadas à disponibilização de materiais apropriados e diversificados (Questão 17), 55% das diretoras responderam que definiram e executaram ações de melhoria. A grande maioria destacou ter comprado materiais apropriados e diversificados, seja com recursos do Governo Federal FNDE/PDDE e/ou com recursos próprios (contribuição espontânea das famílias). Ainda, 12 diretoras responderam que os Núcleos receberam alguns brinquedos para essa faixa etária, porém os materiais não são suficientes em relação ao número de crianças atendidas.

Quanto às melhorias relacionadas à disponibilização de materiais para brincadeiras de faz de conta (Questão 18), 76% das diretoras apontaram que executaram ações de melhoria. As ações mais frequentemente sinalizadas por 39 diretoras, se referem ao planejamento coletivo semestral que envolve a participação das famílias e profissionais na escolha desses materiais (para brincadeiras de faz-de-conta) e utilizam a verba do PDDE para fazer essa aquisição; 26 diretoras pontuaram que as unidades recebem poucos brinquedos da PMF e alguns recebidos em 2019 foram recolhidos devido à pouca segurança oferecida; 19 responderam que a unidade produz materiais com recursos

próprios e mão de obra dos funcionários, por vezes, fazem uso de produtos reciclados (sucatas) para confeccionar materiais.

Na questão 19, que tratou sobre oportunizar às crianças vivências que as aproximam da natureza, 73% das diretoras indicaram que definiram e executaram ações de melhoria. Destaca-se o envolvimento das crianças em atividades de plantio, apontado por 38 diretoras; 23 responderam que a unidade usa elementos naturais em atividades e brincadeiras dentro e fora da sala; 21 pontuaram que a unidade ampliou as saídas de campo fora para conhecer a região de Florianópolis e 19 diretoras indicaram que as crianças usam água/terra e areia em suas brincadeiras.

No que se refere à disponibilidade de recursos midiáticos (Questão 20), observou-se que somente 38% dos Núcleos definiram e executaram ações de melhoria; 34 diretoras sinalizaram como melhorias o uso responsável e mais intencional desses recursos pelas professoras a respeito do que propõem para as crianças assistirem; 11 responderam que a unidade adquiriu *Smart TV*, aparelhos de som e *data-show* e nove mencionaram que as professoras contemplam em seus planejamentos o uso responsável de documentários, curtas educativos, áudios e karaokê, vídeo das vivências das crianças dentro e fora deste espaço.

Quanto à disponibilidade de materiais que apresentam diversidade cultural, que não reproduzem estereótipos e nem exteriorizam preconceitos (Questão 21), 66% das unidades educativas definiram e executaram ações de melhoria. Entre as diretoras, 34 delas apontaram que a Prefeitura raramente disponibiliza materiais relacionados à diversidade cultural, sendo que muitos materiais foram adquiridos pelas unidades como por exemplo, bonecas negras, contudo, faltam outras variedades; 16 sinalizaram que receberam da Prefeitura Municipal materiais e objetos indígenas, porém em pouca quantidade.

A subescala *Atividades* havia apresentado resultados insatisfatórios nas avaliações conduzidas com a escala *ITERS* nos anos de 2011 (CAMPOS *et al.*, 2011) e 2015 (FLORIANÓPOLIS, 2016). Na avaliação censitária realizada em Florianópolis em 2015, a subescala *Atividades* teve o segundo pior resultado em relação às demais subescalas avaliadas, apresentando uma média de 3,1 e sinalizando que a rede municipal apresentou

um nível de qualidade *mínimo* de acordo com a classificação proposta pela escala. A pesquisa de Campos *et al.* (2011), da qual o município de Florianópolis também fez parte, havia mostrado que a subescala *Atividades* era a mais comprometida, com pior média na avaliação. As autoras apontaram que, dentre os itens desta subescala que se mostraram mais críticos, estavam os relacionados à falta de materiais, brinquedos e instrumentos musicais acessíveis às crianças e à falta de materiais sobre diversidade cultural ou racial.

Por meio dos apontamentos sinalizados pelas diretoras nas questões relacionadas à dimensão *Atividades*, percebeu-se que foram implementadas várias melhorias a respeito do planejamento e das ações diárias. No entanto, alguns aspectos ainda precisam de atenção, como a falta de aparelhos de TV, vídeos e computador em quantidade suficiente para realizar as atividades com as crianças e, principalmente, a falta de materiais disponibilizados às crianças. Grande parte dos núcleos apontou haver a necessidade de diversificação dos materiais e a apropriação à faixa etária. Quanto aos materiais para brincadeiras de faz-de-conta, a maioria das diretoras mencionou que o ideal seria que a rede disponibilizasse os materiais, pois geralmente são adquiridos pela própria unidade (quando possui recursos para efetuar tal aquisição) ou por doações espontâneas das famílias e, muitas vezes, o material pertence ao acervo particular das professoras. Observa-se, portanto, que a deficiência na disponibilização de materiais, que havia sido apontado em Campos *et al.* (2011), foi observada também na presente pesquisa.

Reitera-se que o principal objetivo da avaliação é apoiar os NEIMs e a Secretaria Municipal de Educação na observação das suas práticas e, a partir dessa observação, serem capazes de apontar aspectos que estão funcionando e outros que precisam ser aprimorados. Existem questões, ainda, que são de competência da Secretaria Municipal de Educação, assim como a aquisição de novos materiais para as unidades educativas, manutenções na estrutura e investimento na formação de professores.

5 Considerações finais

Esta pesquisa se propôs a analisar as ações propostas e executadas pelos Núcleos de Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis após a devolutiva dos resultados da avaliação externa realizada em 2015. Para o desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessária a proposição de um questionário para coleta de dados junto aos NEIMs. O questionário foi elaborado com base na literatura e em documentos oficiais, é composto por 27 indicadores distribuídos em seis dimensões e foi respondido voluntariamente por um total de 51 diretoras dos núcleos de educação infantil. A parte do questionário que investiga a *situação atual* dos NEIMs pode ser vista como uma ferramenta de monitoramento da qualidade do atendimento em creches que pode ser aplicada em outras redes de ensino que atendam crianças nesta faixa etária, pois independe da aplicação prévia de qualquer escala de avaliação.

Neste artigo, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos nas dimensões *Rotinas de Cuidado Pessoal* e *Atividades*. Essas são as dimensões mais críticas, em que o município de Florianópolis obteve os piores resultados na avaliação realizada em 2015.

Sobre essas dimensões, itens significativos foram apontados pelas diretoras nas ações de melhorias, dentre eles: expressiva ampliação no número de vagas oferecidas para formação envolvendo diversos segmentos, representando um aumento de 160% em relação a 2015; a implementação da higiene do sono, separando roupas de cama de uso individual, a preocupação em relação à qualidade nutricional e sanitária com que as refeições são oferecidas às crianças; quase 80% das unidades sinalizaram o comprometimento ao incentivo do consumo de frutas, verduras e hortaliças promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis; a apresentação, divulgação e acesso para comunidade educativa de todos os documentos que norteiam as práticas educativas da unidade; aquisição de materiais apropriados à faixa etária e diversificados, na maioria das vezes, com recursos próprios (contribuição espontânea das famílias e PDDE), a ampliação das saídas de campo fora da unidade, como praias, dunas, lagoas, parques, oportunizando às crianças vivências que aproximam elas da natureza; atividades

envolvendo plantio, cuidado e colheita de frutas, verduras e legumes; e, o uso das mídias com mais intencionalidade.

Quanto à situação atual dos núcleos, observou-se que, de maneira geral, apresentam boas práticas e alinhamento no que se refere a: formações que buscam qualificar o trabalho do dia-a-dia; formações direcionadas, ensinando boas práticas de higiene, abordando questões técnicas e pedagógicas; comprometimento profissional com a qualidade nutricional e sanitária com que as refeições são oferecidas às crianças.

Algumas observações levantadas pelas diretoras sobre aspectos que ainda precisam ser melhorados, estão relacionadas a: falta de materiais e móveis em quantidade suficiente para atividades diárias como colchões para o sono das crianças; pensando na segurança e bem-estar das crianças, as diretoras indicaram a preocupação com o estado de conservação dos brinquedos do parque e os vidros quebrados das janelas que algumas vezes não são trocados de imediato; problemas relacionados a vazamentos e infiltrações, quando é solicitada uma manutenção mais efetiva oferecida pela Prefeitura Municipal; e, disponibilização de materiais que envolvem as brincadeiras de faz-de-conta incluindo a diversificação e a apropriação à faixa etária, pois esse tipo de material dificilmente é fornecido pela Secretaria de Educação; geralmente é adquirido pela própria unidade, quando possui recursos para efetuar tal aquisição, ou então por doações espontâneas das famílias. Muitas vezes o material é do acervo particular das professoras.

Ao longo do artigo percebeu-se que existem recomendações de melhorias que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, como equipamentos, estado e conservação, infraestrutura e aquisição de materiais. Outras melhorias, dizem respeito diretamente às unidades educativas, como por exemplo, a disseminação da proposta curricular com as orientações para o trabalho pedagógico, a diversificação de atividades, a promoção de hábitos alimentares saudáveis e criação de espaços formativos para a equipe, de modo que os aspectos básicos dessas práticas sejam apropriados em seus modos de fazer adequadamente.

Nesse sentido, o monitoramento da qualidade e das ações de melhoria desenvolvidas pode contribuir de forma diagnóstica quando incorporado como parte de

um ciclo contínuo, integrador do processo de busca por melhoria da qualidade nos NEIMs. Por isso, são importantes os esforços no sentido de auxiliar as instituições e a rede municipal a terem uma visão da situação atual dos núcleos, conhecendo tanto as ações executadas para melhorar a oferta do atendimento como os itens que foram apontados pelas diretoras, como necessitando de maior atenção e investimento. Nesse contexto, o conhecimento dessa informação pode auxiliar os gestores na elaboração de estratégias para que seja possível avançar, cada vez mais, na questão da qualidade do atendimento nas unidades de Educação Infantil.

Referências

BHERING, Eliana; ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. Monitoramento da educação infantil pública: possibilidades e conteúdos. **Estudos em avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 74-99, maio/ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 63, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006b.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006a. v. 1-2.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009a.

BRASIL. **CrITÉrios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Brasília: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução no 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009c.

BRASIL. **Educação Infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Contribuições para a Política Nacional**: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. Brasília, DF: MEC/SEB/COEDI, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 271, de 22 de março de 2019**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 2019.

BRONFENBRENNER, Urie. (org.). **Making humans being human: bioecological perspectives on human development**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

CAMPOS, Maria Malta (coord.). **Educação infantil no Brasil**: avaliação qualitativa e quantitativa. São Paulo: FCC; MEC; BID, 2010. (Relatório Final).

CAMPOS, Maria Malta *et al.* **A qualidade da educação infantil**: um estudo em seis capitais Brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, jan./abr. 2011.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Resultados da Avaliação para as Unidades Educativas**. Florianópolis: SME, 2016. (Relatório final).

HARMS, Telma; CRYER, Debby; CLIFFORD, Richard. **Infant/toddler environment rating scale**. New York: Teachers College, 2003.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. *In*: VIGOTSKII, Leontiev Semionovitch; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1999. p. 119-142.

LIMA, Ana Beatriz Rocha; BHERING, Eliana. Um estudo sobre creches como ambientes de desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 573-596, 2006.

LORDELO, Eulina da Rocha. “Agora vá com a tia que a mamãe vem mais tarde:” creche como contexto brasileiro de desenvolvimento. *In*: Lordelo, Eulina da Rocha; Carvalho, Ana

Maria Almeida; Koller, Silvia Helena (orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 77-98.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na Escola. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 440-441.

ROSEMBERG, Fúlvia. O estado dos dados para avaliar políticas de educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 5-57, jul./dez., 1999.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 26/08/2020
Revisões requeridas em: 15/06/2021
Aprovado em: 04/08/2021

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 23 - Número 51 - Ano 2022
revistalinhas@gmail.com